

Aliança está aberta a outros partidos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem, após encontro de uma hora com o presidente José Sarney no sítio São José do Pericumã, que a Aliança Democrática, base de sustentação do governo, está aberta para aceitar apoio de outros partidos, como PTB e PDS. "Por que vamos recusar apoio de outros partidos, se é em favor do presidente?" — perguntou Ulysses Guimarães, acrescentando que a Aliança Democrática não deseja pregar nenhum "regime de cartel".

Este assunto, entretanto, não foi tratado com o presidente José Sarney, segundo revelou o presidente da Constituinte. "O presidente não me falou em buscar apoio em outros partidos", disse ele, acrescentando que a condição para o ingresso de novos partidos na sustentação do governo é estar afinado com os princípios da Aliança Democrática. Sobre o bloco

suprapartidário, que está sendo articulado pelo líder Carlos Sant'Anna, o presidente José Sarney concorda com o deputado Ulysses Guimarães que ele não deve existir, segundo revelou o próprio Ulysses.

"Não vai haver bloco nenhum. O apoio tem que vir dos partidos, bons e competentes, e que são, também, bons para a democracia", acrescentou o deputado paulista.

Durante o encontro no Pericumã foi feita uma avaliação dos resultados da convenção do PMDB, realizada no fim da semana passada, conforme revelou o presidente da Constituinte. "Fizemos um exame dos seus aspectos positivos, e o presidente entendeu que uma convenção partidária é um processo de paixão e emoção onde excessos são cometidos", disse Ulysses. Na conversa, eles concordaram que o resultado da convenção — remeter questões como sistema de governo e duração do mandato presidencial para a Constituinte — foi positivo, "pois assim há mais tempo para se refletir e meditar so-

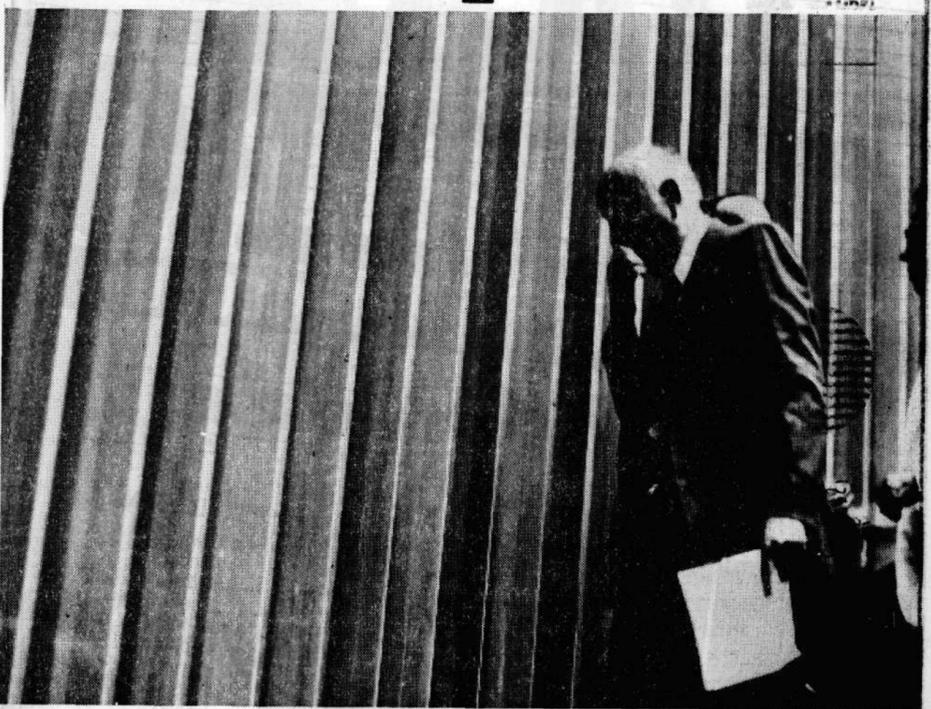
bre problemas que são essenciais para o governo".

Sobre a atuação do líder Carlos Sant'Anna na Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que não há dúvida de que é preciso haver sintonia maior entre ele e as outras lideranças partidárias.

Foi um check-up político. Assim, Ulysses disse antes do encontro o que seria sua conversa com o presidente Sarney. Ele explicou que prefere encontros de sábado quando, tanto ele quanto o presidente, ficam "mais à vontade" para uma conversa mais longa. "É como num check-up: começa no dedo do pé e vai até o último fio de cabelo."

VIAGEM

O porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, informou ontem, em Brasília, que o presidente Sarney deverá visitar dia 6 as obras da hidrelétrica do Xingó, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe.



Ulysses fez com Sarney um "check-up" do País, "do fio do cabelo à planta dos pés".

Mesa exige silêncio na galeria

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte publicou ontem as normas de acesso de populares às reuniões e às votações, determinando que o público só tenha acesso a uma parte das galerias, que serão divididas para convidados dos partidos, jornalistas, membros do corpo diplomático e assessores ministeriais. Os populares, como o público em geral é chamado no ato nº 10 da Mesa, só entrarão nas galerias se estiverem "desarmados e guardarem silêncio, vedadas manifestações de aplauso ou desaprovação ao que se passar no plenário". Além disso, para entrarem nas galerias terão de deixar um documento de identidade na portaria e usar crachá em lugar visível.

A entrada em plenário, nos salões Verde, da Câmara, e Azul, do Senado, e nas salas das comissões, será restrito a convidados, jornalis-

tas, ex-parlamentares e funcionários da Casa, sendo também obrigatório o uso de traje de passeio completo (terno e gravata).

SEIS ORADORES

A sessão extraordinária de ontem da Constituinte teve seis oradores, que falaram só sobre temas constitucionais, o que não é comum, embora não tivesse sido feita nenhuma inscrição prévia. A presença variou entre 12 e 15 parlamentares, embora a Mesa tenha anunciado, na abertura da sessão, a "presença na Casa" de 145 constituintes. Os trabalhos foram presididos pelos vice-presidentes Mauro Benevides (PMDB-CE) e Jorge Arbage (PDS-PA), apesar de o presidente Ulysses Guimarães ter estado no plenário durante 25 minutos — ficou conversando com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que depois assistiu aos debates.

O primeiro orador, Ivo Mainardi (PMDB-RS), falou sobre a segurança nas estradas, tratada no capítulo V

do projeto de Constituição, e reivindicou para a Polícia Rodoviária Federal a vigilância nas rodovias federais, e não para as PMs, como está previsto no relatório. Nilson Gibson (PMDB-PE) fez um amplo relato da História das Constituições brasileiras e Dionísio Del Prá (PFL-PR) falou da reforma agrária, lembrando o Dia do Colono, comemorado ontem.

Adylson Mota (PDS-RS) reiterou críticas ao ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, por ter mandado comprar, sem licitação, 328 apartamentos para o Ministério. "Para demonstrar a pouca seriedade do Executivo brasileiro", revelou que o mesmo ministro abriu licitação para a renovação da assinatura da revista de jurisprudência do STF. Paulo Macarin (PMDB-SC) rebateu as críticas de Adylson Mota e Wilson Martins (PMDB-MS) falou da questão do meio ambiente, defendendo a proteção e preservação do pantanal do Mato Grosso.

O circo e a ópera

GERALDO FORBES

Foi bem mais maluco do que qualquer filme dos irmãos Marx com a diferença de que não teve nenhuma graça. Afinal aqueles senhores vociferantes, desalinhados e destrambelhados não eram cômicos de cinema, mas nossos governadores, deputados e ministros. Muito lamentável.

Uma reunião caótica, de finalidade desconhecida, mas certamente inalcançada. Todos os lados proclamam vitória nesta convenção de Itararé, e põe ré nisto. Como a velha matemática pede o equilíbrio das coisas e das quantidades, se todos os políticos ganharam, quem perdeu foi outra vez o País.

Mas vamos examinar essa bagunça mais de perto. O que é afinal que foi votado e que ficou decidido? Em que se centrou o grande debate? O PMDB está ou não com o sr. Sarney? Difícil dizer.

Salvo melhor juízo tudo o que se discutiu foi, no fim das contas, se os convencionais tinham ou não caráter. O dilema crucial dos peemedebistas era saber se votavam às claras, com o presidente que lhes paga (e cobra) favores, ou às escuras, com o sentimento popular majoritário.

Está óbvio que quando esta questão, meramente processual, da forma de voto, aberto ou secreto, sobreleve às questões de fundo, já está predito e verificado que o partido e os seus convencionais não estão a altura de suas posições e, muito menos, do momento histórico.

O que se pode esperar de um deputado que precisa de segredo para registrar sua opinião? O que se pode dizer de um governo que quer o voto aberto apenas para poder premiar ou punir os eleitores com a moeda dos cargos públicos?

Se ainda faltava alguma prova do estado de calamidade moral em que se degrada a nação — e a que tão bem aludiu o cardeal Salles —, a convenção do PMDB forneceu-a com abundância e suplantou as medidas. Eta bando de gente mais sem vergonha e sem compostura. E dizer que comandam e dirigem os negócios públicos!

E se a estrela do deputado Mário Covas continua a subir, se já há coro

lançando-o à Presidência, se isto ocorre ainda que suas idéias sejam pouco conhecidas e as conhecidas pouco admiráveis, a explicação é fácil. Covas cresce, porque é diferente. Contrariamente a 95% dos políticos, brasileiro tem caráter e é fiel aos seus compromissos.

É isto que seus adversários não entendem quando se intrigam com a ascensão de sua personalidade, desvinculada de grandes grupos de apoio ou dos esquemas de poder. O que não entendem é que o povo está farto de engodo, de meias verdades e meias mentiras. O povo quer confiar, está ansioso por seguir alguém em quem possa acreditar. E é essa a imagem que o sr. Covas tem passado.

Agora ele virá para os palanques dos que querem uma solução para a desadministração brasileira o mais rápido possível. E esta não é uma questão secundária como pretendem tantos analistas ilustres. Nem é mesmo só uma questão de princípios.

A questão da duração do período Sarney só seria menor se ele fosse um bom e honesto administrador, que não pusesse seus interesses pessoais acima dos nacionais e que tivesse revelado alguma gota de competência para exercer o cargo de virtual imperador do Brasil.

Se isto fosse verdade — e claramente não é — então sim, a questão do seu desmandato seria mais moral e menos emergencial. O que, em todo caso, jamais o legitimaria; apenas o tornaria tolerável.

Acontece que a realidade é bem outra e a ruína do sr. Sarney torna sua presença à frente do governo mais do que intolerável, ruína. Para avançar, o Brasil precisa das diretrizes políticas de um estadista e o sr. Sarney é um pobre provinciano de horizontes mesquinhos. Para se reorganizar, o Brasil precisa de renovação nos costumes administrativos políticos e o sr. Sarney é a quintessência do coronel usufrutuário da coisa pública, doador de cargos, provedor da clientela. Para crescer, o Brasil precisa de um governo moderno, austero e competente e o sr. Sarney é um demagogo, incompetente e obsoleto, pronto a sacrificar a verdade da reestruturação econômica no altar do populismo.

Por essas razões é que mais 30

meses de Sarney, como ele pretende, não podem ser de forma alguma concedidos, sob pena de mais retrocesso, atraso, e miséria. A questão portanto não é secundária, mas de vida ou morte.

Está visto que não pensam assim os peemedebistas protagonistas da farsa do último fim de semana. Para eles, o país pode muito bem continuar indefinidamente nesse estado de suspensão animada, enquanto eles mamam a se fartar. O futuro não lhes interessa, é no presente que faturam.

Jogando a decisão para a frente, ganham mais uns 90 dias de prazo, para fechar negócios com o presidente. E é por aí que o tal plano, macro econômico, pouco mais do que um arroz com feijão, simples e modesto (mas realizável), vai se perder.

De fato, a questão de mandato é hoje, primordial devido à levandade com que o sr. Sarney utiliza os recursos do erário para alcançar seus próprios objetivos, por rastelros que possam ser.

A coluna aposta, que, infelizmente, essas suas pessimistas profecias serão outra vez realizadas.

Aposta como o fantasma bigodudo, que assombrou e tumultuou os bastidores da ópera do PMDB, continuará a agir.

E aposta que, se ele não for manietado e logo exorcizado, acabará escrevendo e montando uma nova versão do espetáculo já tantas vezes visto: a Ópera dos Três Vinténs.

Uma nota para os que estão interessados em conhecer a face oculta do sistema. Não deixem de ler *O Jogo da Gata-Parida*, de Luiz Gutemberg. O livro conta com detalhes inacreditáveis e escabrosos, as articulações e sacanagens (não há outra palavra) dos grupos interessados na sucessão do ditador Geisel. Recomenda-se que o volume, pela alta dose de imoralidade que contém, venha a fazer parte do currículo de EMC. Um seguro antídoto para os que sonham com as virtudes do totalitarismo. Uma denúncia impressionante, que só nesse país de tolerâncias e covardias não é objeto de debates parlamentares, para acabar de desmascarar seus personagens. E domar o nefasto SNI.

Cabral reage a críticas e pressões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Incompreendido pela maioria, criticado por muitos, mesmo sem ter mostrado ainda seu trabalho pessoal, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), sofreu na semana passada um novo golpe, com nova onda de desconfiança sobre seu substitutivo, que será o primeiro projeto acabado da futura Constituição. O golpe chegou pela mão do deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que apresentou à Constituinte projeto de resolução propondo a possibilidade de apresentação de substitutivos também pelos constituintes.

As críticas sobre seu trabalho anterior, segundo Cabral, esbarram na explicação simples de que até agora ele esteve "amarrado" de pés e mãos ao regimento interno, uma peça imperfeita e confusa, que dificultou o cronograma e os trabalhos da Constituinte. Muitos cobram do relator uma postura mais ousada e firme na defesa da apresentação de um projeto de Carta, na segunda fase, que corrigisse os absurdos existentes. Cabral apenas responde que nada poderia fazer a não ser cumprir o regimento.

Para o líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi (SP), faltou a Cabral "um pouco de audácia; de firmeza, para não aceitar, pura e simplesmente, a expressão literal do regimento interno". Se assim tivesse procedido, segundo Righi, teria sido evitada uma aberração constitucional; como a garantia de igualdade de direitos entre o homem e a mulher, exceto nas obrigações de gestação, parto e aleitamento, como previu a Comissão dos Direitos e Garantias Individuais e, por força do regimento, terminou ficando no projeto de Constituição.

O líder do PTB encontra ainda outro motivo para explicar a cega obediência de Bernardo Cabral ao texto do regimento interno: "Ele preferiu deixar correr o texto do projeto de Constituição pela interpretação

literal do regimento para gerar na opinião pública uma posição contrária ao texto apresentado, criando suspense e valorizando o substitutivo que ele virá a apresentar na próxima fase".

Na opinião do líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), o que se passa, na verdade, com o relator, é que ele está sob forte pressão: "É pressão da esquerda, da direita, do centro, do governo, dos militares. Não vai ser fácil resistir a isso tudo. Bernardo Cabral, com toda a coragem que tem, não vai conseguir resistir às pressões, vai ser difícil chegar ao fim com sucesso". Amaral Neto acha que faltou a Cabral coragem de



Foto Alencar Monteiro
Bernardo Cabral

revelar o que se passou de fato: "Se eu estivesse no lugar dele, faria um prefácio a esse monstro que é o projeto de Constituição dizendo que nada pude fazer devido a esse regimento interno capenga e contraditório".

A DEFESA DE CABRAL

"As críticas formuladas por aqueles que entendiam devesse eu ousar no sentido de avançar além do que me permite a regra do regimento, só posso atribuí-las ao desconhecimento de minha postura jurídica. Aprendi, e disso não me tenho afastado; que as leis foram feitas para

serem obedecidas. Conseqüentemente, não poderia eu, sob pretexto de agradar a uns ou contentar a outros, sair das incidências legais, e não cumprir, na primeira fase, o que compete à Comissão de Sistematização: compatibilizar e adequar tudo o que tinha sido apresentado nas oito comissões temáticas."

"Tenho dito, e repetido, que era necessário à Assembléia Nacional Constituinte ultrapassar a fase preliminar para chegarmos à de mérito, qual seja, a de apresentação do substitutivo pelo relator. Não me passou em nenhum instante pela cabeça que deveria exibir à Nação os eventuais erros, as possíveis distorções, para que disso me aproveitasse e angariasse maior simpatia para a apresentação do meu trabalho."

"A feitura de uma Constituição é uma coisa demasiadamente séria, que deve possuir um fio condutor filosófico que se ajuste às realidades por que passa a Nação e evite que se construa um texto inadequado e falho."

"Ninguém se iluda, neste país, com a possibilidade de que este ou aquele grupo ideológico dentro da Assembléia Nacional Constituinte faça sozinho a Constituição dos seus sonhos. O futuro texto constitucional passa, obrigatoriamente, por uma profunda negociação, em que todos devem ceder algumas coisas, sob pena de inviabilizar a transição que o País reclama e a Nação exige: a plenitude democrática."

"Para fazer o meu trabalho, eu venho sofrendo pressões da esquerda, da direita, do centro — do governo e das Forças Armadas, não — e de alguns órgãos de imprensa que, pela sua grande credibilidade poderiam contribuir para o esclarecimento dos seus leitores de que as regras regimentais foram geradas pela própria Assembléia Nacional Constituinte e, como tal, o seu relator, que é um dos seus integrantes, não pode nem deve maculá-la com uma atuação que não venha a refletir o que deseja a maioria do povo brasileiro, que jamais aceitará decisões que sejam extremadas."

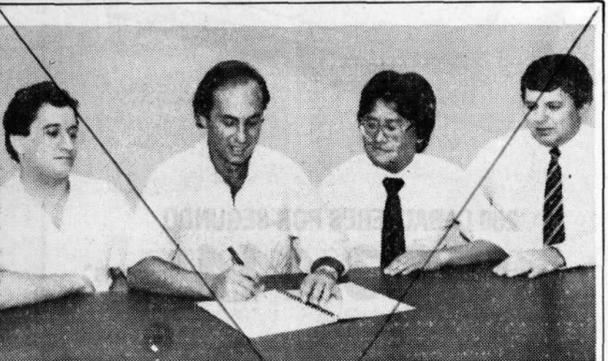
Prefeitos vão levar emendas à Constituinte

BAURU
AGÊNCIA ESTADO

A Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo enviou ofícios e formulários com propostas de emendas à Constituição aos 572 prefeitos do Estado, conclamando-os a coletar no mínimo 200 assinaturas para cada uma das propostas e devolver o material à entidade, até dia 10, para que ela tabule os dados e prepare o processo a ser enviado a Brasília. O mesmo tipo de material foi remetido às entidades municipalistas dos demais estados, com o mesmo apelo, e convite para que participem do ato de entrega das propostas, em Brasília, ao qual a associação pretende dar cunho nacional.

A comissão encarregada de formular as propostas de emenda é composta pelos prefeitos Milton Casquel Monti, de São Manoel, João d'Elia, de Penápolis, e Victor Moreira Bastos, de Santana do Parnaíba.

A Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo vai apresentar três propostas, sendo que a mais extensa trata da reforma tributária. Nela, os prefeitos propõem, entre outras medidas, a alteração do artigo 257 do projeto da Comissão de Sistematização, para permitir a cobrança de taxa de contribuição de melhorias, de acordo com o valor da obra realizada, e não dentro do "subjativismo" da valorização do imóvel; isenção de IPI na aquisição de equipamentos e veículos, por entidades públicas; manutenção da atual sistemática do ICM e a não transferência



Regitex constrói nova fábrica em Sorocaba - SP

A Regitex Indústria e Comércio de Fios Ltda., integrante do Grupo Camilo Nader, constrói nova fábrica no Distrito Industrial de Sorocaba - SP, destinada a aumentar a sua participação no mercado de fios têxteis de alta qualidade. O novo edifício, envolvendo área construída total de 8.258 m², com projeto e execução a cargo da Localplan/Planejamento Urbano S/C Ltda., de Sorocaba, terá estrutura, piso elevado, cobertura e

placas parede executados pela Consid. Desta forma, mais uma vez a Consid é escolhida, devido à superior qualidade de construção, garantia de entrega no prazo previsto, custos reduzidos e antecipadamente conhecidos. Na foto, os Srs. Antonio Carlos R. Abibe da Localplan, Camilo Nader Júnior, da Regitex, Roberto Hideo Fudissaku e Lorenz Frantzen, da Consid, no momento da assinatura do contrato.

CONSID

Qualidade, economia e prazos garantidos